

DÍLI, 29 DE FEVEREIRO DE 2016

**1**

## **TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO DE S.E. O PRIMEIRO-MINISTRO DR. RUI MARIA DE ARAÚJO NO LANÇAMENTO DO PORTAL DO GABINETE DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS**

Ministro Conselheiro, Chefe da Equipa de Negociações para as fronteiras marítimas de Timor-Leste  
Colegas e membros do Governo.

Membros da Sociedade Civil.

Vejo aqui presentes os nossos combatentes da libertação nacional que vieram da Austrália, de Portugal e de Inglaterra. Vejo também a presença de combatentes da libertação nacional de Timor-Leste.

Gostaria de dar as boas-vindas a todos, ao Palácio do Governo, para o lançamento oficial do portal do Gabinete das Fronteiras Marítimas.

Esta é uma ocasião muito interessante, pois marca o início da utilização de uma nova ferramenta importante para nos ajudar no nosso objetivo de delimitação de fronteiras marítimas permanentes.

Como todos sabem, o estabelecimento de fronteiras marítimas permanentes é uma questão de prioridade nacional para Timor-Leste. É uma prioridade porque temos necessidade de completar a nossa soberania. É o passo final na realização da nossa soberania plena enquanto Estado independente. Na nossa perspetiva, esta é a segunda e a última etapa da nossa luta pela libertação de Timor-Leste.

Já passaram quase 14 anos desde a restauração da nossa independência. Fizemos enormes progressos. Progredimos grandemente no desenvolvimento socioeconómico - construímos as fundações do Estado, a construção da nação. Avançámos de um país frágil para um desenvolvimento forte em diversas áreas. Mas, a nossa luta pela soberania não estará terminada até termos assegurado a nossa soberania marítima.

Nós, como todos sabem, partilhamos fronteiras marítimas com dois grandes países, os nossos vizinhos, a Indonésia e a Austrália. E como ainda não delimitámos as nossas fronteiras marítimas, há incertezas sobre onde acaba a nossa soberania e começa a deles.

Esta incerteza causa problemas em várias áreas, incluindo na área da segurança, da imigração, das pescas e exploração dos recursos marítimos. Estas três nações estão conscientes de que o estabelecimento de fronteiras é muito importante para resolver todas estas questões.

É por isso que tanto os governos anteriores, o IV e o V Governos sob a liderança do Maun Bo'ot Kay Rala Xanana Gusmão, e agora o VI Governo que eu atualmente chefo - determinaram que definir fronteiras marítimas permanentes com a Indonésia e com a Austrália é uma prioridade nacional. Nós, enquanto Governo, continuaremos com todos os nossos esforços para alcançar este objetivo.

Houve alguns avanços positivos, especialmente com o Governo indonésio. O Governo da Indonésia e Timor-Leste concordaram em começar a negociar as fronteiras marítimas com base no direito internacional.

Numa reunião, que teve lugar em agosto do ano passado, com S.E. o Presidente da Indonésia, e, mais recentemente, em janeiro, quando o Presidente visitou a nossa nação, houve um acordo para acelerar o processo. Desde setembro de 2015 que tem havido reuniões com a Indonésia e que chegámos a acordo sobre os termos de referência para começar as negociações.

Em nome do Estado, o Governo nomeou o nosso Comandante-Chefe Xanana Gusmão - o nosso grande líder da resistência, agora Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico, e também Ministro Conselheiro, como o negociador principal para as fronteiras marítimas. Quando o Conselho de Ministros tomou a decisão, alguns colegas disseram: "não há melhor escolha - temos o melhor guerreiro de Timor."

Lamentavelmente, não temos feito progressos com a nossa vizinha Austrália. A Austrália continua a manter a sua posição de que os tratados temporários existentes, para partilhar os recursos no mar, que se tornaram em disputa entre os nossos dois países, cumprem os requisitos do direito internacional. Mas Timor-Leste diz que não é o caso.

E como todos sabem, antes da restauração da nossa independência, a Austrália retirou-se do órgão de resolução de disputas internacionais - no âmbito da CNUDM, mais conhecida como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

E, desde então, não avançamos. Ainda há ambiguidade na posição da Austrália, particularmente em torno das questões de delimitação de fronteira marítima. Um exemplo concreto é de 2004, durante o processo de negociações, quando a Austrália pediu a Timor-Leste para suspender as negociações sobre fronteiras marítimas durante 50 anos. Ao mesmo tempo, a Austrália fez um acordo com a Nova Zelândia sobre a sua fronteira marítima, nos termos da CNUDM e do direito internacional. No comunicado conjunto da Austrália e da Nova Zelândia, ambos reconheceram que o tratado iria "proporcionar segurança de jurisdição sobre a coluna de água e o fundo marinho, incluindo sobre a pesca e recursos petrolíferos." No entanto, com Timor-Leste, a Austrália não reconhece que estas questões são igualmente importantes para nós, e continuam a impor as disposições existentes sobre a partilha de recursos.

Assim, na perspectiva de Timor-Leste, isto não é o que queremos. Nós precisamos de ter uma mensagem muito clara quando falamos sobre a delimitação das fronteiras marítimas permanentes - nós não estamos a falar sobre a partilha de recursos - que é um caso diferente - nós estamos a falar sobre onde iria ser traçada a fronteira de Timor, e onde seriam traçadas as fronteiras da Indonésia e da Austrália? Então, aí saberemos que recursos, em quais águas, pertencem a quem.

Portanto, é preciso ser claro para todos que o nosso objetivo é delimitar as nossas fronteiras marítimas e não para ganhar uma fatia maior dos recursos - este não é o nosso problema -, o nosso problema é delimitar as nossas fronteiras enquanto fase final da nossa soberania.

Eu acho que estes são os pontos importantes que eu gostaria de partilhar hoje, com todos vocês.

Este portal apresenta um sumário sobre a nossa história, informações sobre as relevantes leis internacionais, mapas, e também algumas perguntas mais frequentes, o que contribuirá para desenvolver uma melhor compreensão sobre o processo que enfrentamos.

Finalmente, eu gostaria de convidar o Ministro Xanana para lançar oficialmente comigo este portal.

Encorajo todos a explorar este website para saberem mais sobre a determinação de Timor-Leste em garantir fronteiras marítimas permanentes. Peço ainda que compartilhem este portal com os vossos colegas, amigos e familiares, para que todos nós possamos aprender mais sobre a posição de Timor-Leste, o que queremos e como vamos avançando neste assunto.

Muito obrigado pela vossa presença e atenção.



DÍLI, 29 DE FEVEREIRO DE 2016

**2**

## **DISCURSO DA DIRETORA EXECUTIVA ELIZABETH EXPOSTO POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO OFICIAL DO PORTAL DO GABINETE DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS**

Excelência, Senhor Primeiro-Ministro,

Excelência, Ministro Xanana Gusmão, Chefe da Equipa de Negociações,

Excelências,

Membros do Governo,

Membros da Sociedade Civil e da Imprensa,

Bom dia, senhoras e senhores.

Dentro de momentos, vou passar a palavra ao Primeiro-Ministro, Sua Excelência o Dr. Rui Maria de Araújo, que irá lançar oficialmente o portal e, juntamente com o ministro Xanana, também irá colocar a nossa primeira mensagem no Facebook - lançando o nosso portal e o Gabinete das Fronteiras Marítimas para o ciberespaço - para os nossos amigos em todo o Timor-Leste e em todo o mundo.

Estamos particularmente satisfeitos por ter o Primeiro-Ministro a lançar este portal, já que Sua Excelência é também o Presidente da Comissão Consultiva do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas. O Governo estabeleceu este Conselho - do qual o Gabinete das Fronteiras Marítimas faz parte - para coordenar todos os esforços governamentais no sentido da delimitação definitiva das fronteiras marítimas de Timor-Leste.

Depois da intervenção de Sua Excelência, iremos fazer uma breve visita virtual a este sítio na internet e a algumas de suas características.

O portal é uma plataforma on-line abrangente, detalhando por que é que Timor-Leste está a procurar definir fronteiras marítimas permanentes. É uma ferramenta educacional e olha para os muitos tratados existentes no Mar de Timor, bem como para a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

É inteiramente trilingue, contando com as nossas línguas oficiais, tétum e português, e para o nosso público internacional, o inglês.

No desenvolvimento deste portal, temos tido a consciência de que esta é uma questão complexa. O direito internacional pode ser complicado e a linguagem técnica envolvida pode excluir algumas pessoas de participar neste assunto tão importante.

Nem todos nós somos juristas e nem todos nós compreendemos a linguagem técnica, por isso temos vindo a desenvolver um glossário para explicar os termos específicos, e algumas perguntas mais frequentes - para tornar esta ferramenta acessível a todos.

Acreditamos que o portal do Gabinete das Fronteiras Marítimas irá tornar-se uma importante ferramenta para a partilha de informação com as nossas próprias comunidades, bem como com os nossos amigos e vizinhos internacionais.

É com muita honra que temos o Primeiro-Ministro e o Ministro Xanana Gusmão, connosco hoje aqui para este lançamento, não só do portal, mas também da presença do Gabinete das Fronteiras Marítimas nas redes sociais.

Sua Excelência tem sido fundamental na prossecução deste objetivo do Governo de definição de fronteiras marítimas permanentes. Esta é uma questão tão importante para a nossa nação. Representa o passo final na realização da nossa soberania plena e espero que este portal possa desempenhar um papel importante na prossecução desse objetivo.

Obrigada por terem vindo hoje, e por favor deem as boas-vindas a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Dr. Rui Maria de Araújo.

Muito obrigada.